

AS ORIGENS DO CAPITALISMO



Oswaldo Coggiola

Prefácio de Raquel Varela

AS ORIGENS DO CAPITALISMO



2025

Esta é uma publicação Iliada Editorial, selo exclusivo da LF Editorial
Copyright © 2025 Osvaldo Coggiola
1ª Edição

Direção editorial: Victor Pereira Marinho e José Roberto Marinho

Capa: Fabrício Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação: Fabrício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

As origens do capitalismo / Osvaldo Coggiola; prefácio de Raquel Varela. –
1. ed. – São Paulo: LF Editorial, 2025.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5563-632-1

1. Capitalismo - História I. Coggiola, Osvaldo. II. Varela, Raquel.

25-283199

CDD-330.12209

Índices para catálogo sistemático:
1. Capitalismo: História 330.12209

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida
sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.
Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107
da Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998

Iliada / LF Editorial
www.livrariadafisica.com.br
www.lfeditorial.com.br
(11) 2648-6666 | Loja do Instituto de Física da USP
(11) 3936-3413 | Editora

SUMÁRIO

COMO CHEGAMOS AQUI? (Raquel Varela).....	7
CAPITALISMO E HISTÓRIA.....	11
DO MUNDO MEDITERRÂNEO PARA O MUNDO DA MERCADORIA.....	35
A DINÂMICA DO FEUDALISMO	55
O DECLÍNIO FEUDAL	81
OS PRIMEIROS PASSOS DO CAPITAL (“ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA”).....	111
AS PRIMEIRAS ECONOMIAS CAPITALISTAS	147
OS ESTADOS ABSOLUTISTAS	185
EXPANSÃO MUNDIAL E ERA DO CAPITAL.....	215
REVOLUÇÕES E NACIONALIDADES.....	247
COLONIALISMO, ESCRAVIDÃO E PIRATARIA.....	271
ECONOMIA MUNDIAL E E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL ..	303
DISPUTAS E CRISE DO SISTEMA COLONIAL.....	325
REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E IMPÉRIO	345
ORIGENS DA CLASSE OPERÁRIA.....	381
ALGUMAS CONCLUSÕES	413

COMO CHEGAMOS AQUI?

Raquel Varela

Porque o capitalismo só teve seu nome – “capitalismo” – indicado só na segunda metade do século XIX? Esta é uma das provocadoras questões a que este livro, do historiador Osvaldo Coggiola, procura responder, enfrentando um debate central nas ciências sociais e humanas: quando começa o capitalismo? Que é o mesmo que dizer: como começa? As perguntas, ambas, conduzem-nos a outra questão, essencial, como pode acabar? Como produto histórico tem princípio, desenvolvimento e fim, as condições da sua formação histórica são fulcrais para compreender o seu devir e, no limite, a sua finitude. Este livro – de um rigor e amplitudes notáveis – é sobre este tema.

Esse debate – o das origens do capitalismo – não é uma daquelas distrações inúteis de que a academia é amiúde profícua. Na verdade, ao questionar as origens do capitalismo, Coggiola procura responder às suas principais características atuais. Façamos a síntese do tema – de um lado estão aqueles para quem a circulação de riqueza no mercado mundial, desde a expansão no século XVI, é o início do capitalismo; do outro, aqueles que defendem que só existe capitalismo quando há acumulação (e não apenas circulação) de capital. Mas esta síntese, que me atrevo a fazer, é limitada, tem nuances muito mais complexas e desiguais, que o autor desenvolve com maestria. A síntese do tema não apaga nem os matizes nem a sua complexidade, visto que o leitor tem em mãos uma das obras mais profundas, extensas e completas sobre o tema, diria até um verdadeiro manual, que historiciza não só o capitalismo como as ideias sobre o capitalismo e todos os debates e autores centrais que sobre o assunto pensaram. E estende-se hoje às expropriações e ao papel da violência nas formas atuais de acumulação, embora o autor deixe claro a sua posição – a forma essencial do capitalismo é a acumulação e não a expropriação, embora esta seja condição daquela.

Os Estados Ibéricos iniciaram a expansão ultramarina europeia – como empreendimento europeu – na viragem do século XV para o XVI, e nos séculos

XVII e XVIII assumem os contornos da transição à modernidade, marcada por um desenho que remonta à luta contra o Islã, que marcou a formação da contemporaneidade e da transição do Antigo Regime ao período capitalista no sul da Europa, com impacto no mundo (desde logo na relação com a Inglaterra, motor dos capitalismo), numa visão integrada global, desenhada por Coggiola: modos de produção, comércio à escala global, regimes políticos, afinal, qual a marca da transição à modernidade no sul da Europa e na América Latina. Da expansão marítima para o debate central do papel dos regimes e da formação dos Estados-nação modernos, e daí para a questão fulcral sobre a relação campo/cidade e o papel da Inglaterra no mercado mundial.

Mobilizando dezenas de autores com perícia, uma fina história das ideias, Coggiola leva-nos pela sua mão didáctica – foi professor mais de quatro décadas na Universidade de São Paulo (USP) e é desde a juventude militante e dirigente de jornais políticos – a esta fascinante história. Osvaldo Coggiola tem uma biografia que o coloca na linha da frente para responder a esta pergunta: nascido em Buenos Aires, na Argentina, estudou economia e história, doutorou-se em França, onde especializou-se em história contemporânea, nomeadamente do movimento operário, mas sempre combinando – coisa rara – a economia e a história, com formação dupla. Economista e historiador marxista pertence a essa linhagem herética da Oposição de Esquerda, destinada a compreender, em vez de legitimar o mundo em que vivemos; apostada em transformar em vez de se acomodar à barbárie em que vivemos. A tudo isto, que não é pouco, o autor acrescenta uma notável capacidade organizativa de pensar a ciência, em coletivo, um respeito pelo rigor da história das ideias e uma capacidade extraordinária de fazer divulgação científica, pondo assim esta obra ao serviço não só de especialistas, mas de um amplo público.

A estrutura do livro fala por si em matéria de honestidade intelectual. A introdução leva-nos directo para o debate, as principais teses e os autores principais; segue-se a assunção da perspectiva teórica e metodológica, em contraste absoluto com as correntes positivistas e a “alegada” neutralidade, que os coloca no campo obscuro de ocultar as suas teorias. Em “comércio, produção e capital”, título de um dos capítulos do livro, estas perspectivas são debatidas. Passamos depois para o Mediterrâneo e o mundo das mercadorias e daí para o bloqueio estrutural das sociedades não capitalistas, do auge ao declínio do período feudal, e à fundação das premissas do modo de produção capitalista.

Entra-se depois na acumulação originária de capital ao nascimento do capitalismo na Inglaterra e às mudanças técnicas que este provocou, com função de arrasto no mercado mundial; o autor parte depois para análise dos Estados modernos, a revolução inglesa e o papel da violência religiosa no parto da modernidade; segue-se uma incursão no sistema colonial, o fim da escravatura e a relação entre o sistema colonial e o capital; e as disputas que se deram em torno destes, para chegarmos à Revolução Industrial e ao nascimento do movimento operário. De um fôlego, uma história do mundo, muito longe das guerras de sexo e poder, como uma “natureza” humana, uma importação, mais uma vez sem sentido, das ciências exatas para as ciências sociais, ou do determinismo de obras como *Sapiens* de Yuval Harari – em Coggiola o homem não é escravo da natureza, mas senhor da história.

Raquel Varela, historiadora, professora universitária FCSH-Universidade Nova de Lisboa, autora entre outros livros de História do Povo na Revolução Portuguesa, Breve História da Europa, Breve História de Portugal (este com Roberto della Santa), todos editados pela Bertrand em Portugal, e em Inglaterra, os dois primeiros, pela Pluto Press.

CAPITALISMO E HISTÓRIA

A dinâmica do presente remodela constantemente nosso passado. Tudo o que *era* sólido desmancha no ar. Os desenvolvimentos contemporâneos evidenciam contornos bem desenhados onde antes só percebíamos sinais confusos. Eles obrigam a reconsiderar a história: os acontecimentos e processos, os homens e mulheres, que apareceram como nossos precursores, são ressignificados a partir da nossa experiência. Novos personagens, individuais e coletivos, e novos processos, aparecem onde antes só existia um cone de sombra, assim como questões atuais evidenciam a importância de assuntos que antes pareciam secundários ou mesmo inexistentes. A compreensão de toda realidade social está sempre composta por camadas de significado suscetíveis de questionamento, aprofundamento e superação. Por mais objetiva e criteriosa que seja nossa abordagem do passado, ela é sempre dirigida por uma leitura do presente: é impossível a existência de um historiador sem referências ideológicas ou vínculos sociais. Ao refletir sobre determinado objeto, em busca de compreendê-lo e reconstruí-lo, não nos emancipamos de nossos princípios e de nossa posição na sociedade. François Fénelon, a cavalo entre os séculos XVII e XVIII, escrevia que “o bom historiador não pertence a nenhum tempo e a nenhum país”, uma ideia a serviço da busca de uma objetividade histórica atemporal, que o positivismo levou até as últimas consequências.

“A História é filha de seu tempo”: a formulação de Lucien Febvre desnudou a falácia positivista da objetividade histórica absoluta. A percepção da realidade histórica está determinada pelo presente: nossa objetividade também é uma construção histórica. A contemporaneidade do fazer histórico foi assim proposta por Benedetto Croce: “A necessidade prática, que está no fundo de cada juízo histórico, confere a cada história o caráter de história contemporânea, pois, por remotos ou remotíssimos que cronologicamente nos pareçam os fatos que admitimos, a história sempre se refere à necessidade e à situação presentes, nas quais os fatos propagam sua reverberação”.¹ Nessa concepção, a história, como manifestação do Espírito, é contemporânea porque o Espírito a atualiza enquanto Razão, num mundo em que “tudo o que é real é racional”.

1 Benedetto Croce. *Teoria e Storia della Storiografia*. Bari, Laterza, 1945.

A crítica dessa ideia foi realizada a partir do presente considerado como história: “A história precisa ser reescrita a cada geração, porque, embora o passado não mude, o presente se modifica; cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia nele”.² A reformulação do passado questiona nosso presente, criando novos ângulos para sua análise; essa interação faz explodir todos as crenças fixas e dogmatismos. A abordagem histórica que assume a possibilidade da emancipação humana não pretende uma neutralidade absoluta e definitiva do conhecimento, mas uma objetividade possível baseada no desenvolvimento da história.

Colisão e conflito são propriedades imanentes a todo sistema social; toda formação econômico-social está determinada por um *modo de produção* de caráter histórico baseado no antagonismo social. A lógica de um sistema histórico reformula e rearticula elementos que o precederam, lhes conferindo novo conteúdo. Para destrinchar a lógica da sociedade governada pelo capital, Marx viu-se obrigado a propor uma ciência da história e da sociedade baseada em uma lógica - a do valor - regida pela categoria do trabalho socialmente necessário. A análise marxiana parte do abstrato (mercadoria, valor, dinheiro) e avança para o concreto (mais-valia, acumulação, crise). A distinção entre gênese histórica e categorias lógicas da economia foi assim realizada por Marx: “Seria impraticável e errôneo alinhar as categorias econômicas na ordem em que foram historicamente determinantes. Sua ordem de sucessão está determinada pelas relações que existem entre elas na sociedade burguesa moderna, e é exatamente o inverso do que pareceria sua ordem natural ou do que corresponderia à sua ordem de sucessão no curso do desenvolvimento histórico”.³ Na base do conceito de modo de produção se encontra o de trabalho social como determinante da dinâmica de nossa espécie. A continuidade da história humana está baseada em sua unidade através de sociedades e épocas diferenciadas, com características comuns em todas suas fases.

As sociedades, por outro lado, interagem e evoluem com a natureza, como parte inseparável dela. A transição do ser orgânico para o ser social foi possibilitada pelo trabalho social: a história humana é a do desenvolvimento do trabalho social através da evolução e revolução dos meios de produção e

2 Christopher Hill. *O Mundo de Ponta Cabeça*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

3 Karl Marx. *Introducción a la Crítica de la Economía Política*. Córdoba, Pasado y Presente, 1973 [1857].

das relações sociais. As etapas diferenciadas do seu desenvolvimento têm fundamento no *metabolismo social*, transformação da natureza que transforma a sociedade humana. Na formulação breve de Marx, as diversas formações socio-econômicas “são diversos modos de auto mediação da natureza. Desdobrada em homem e material destinado a ser trabalhado, a natureza está sempre em si mesma apesar desse desdobramento”. O conceito de modo de produção foi elaborado a partir da completa diferenciação da chamada “sociedade econômica”, quando a esfera da produção se delimitou por completo no conjunto social: “Marx, em relação à Hegel, não se limitou a elaborar um novo critério de periodização; não colocou o problema de um ponto de vista linear ou homogêneo. Já não se tratava da história hegeliana, mas de certas estruturas específicas de historicidade, os diversos modos de produção, fundados sobre determinadas formas de produção de bens materiais”.⁴ Não apenas bens materiais, senão também todos os bens, intelectuais ou “espirituais” inclusive, sem os quais não haveria produção material.

A conceituação do capitalismo foi e é objeto de controvérsias. Para alguns autores, o capitalismo seria “o modo de organização social que admite a propriedade privada (individual ou comunitária) dos bens de produção”, para concluir em que “a característica essencial do sistema capitalista (é) afirmar sua existência e sua particularidade sobre a possibilidade, transformada rapidamente em realidade, de uma grande desigualdade social”.⁵ A desigualdade social específica do capitalismo, no entanto, é produto da propriedade burguesa dos meios de produção e exploração do trabalho mediante a relação salarial: na formulação citada, como em outras, a *propriedade*, característica dos mais diversos modos de produção, é desvinculada de sua forma histórica específica. A estrutura do capitalismo, por outro lado, não se esgota na economia; ela inclui e articula suas condições político/institucionais, ideológicas e culturais, que em vários aspectos o precederam. O conceito de modo de produção busca englobar todas as esferas da vida social, a partir das relações de produção, que constituem a estrutura econômica da sociedade. Ele reconhece antecedentes em pensadores como William Robertson, - coetâneo e contemporâneo de Adam Smith - quem escreveu em 1790: “Em toda investigação sobre a ação dos homens enquanto juntos em sociedade, o primeiro objeto de atenção deve ser

4 Eduardo Fioravanti. *El Concepto de Modo de Producción*. Barcelona, Península, 1974.

5 Alain Cotta. *Le Capitalisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1977.

o seu *modo de subsistência*. Segundo as variações deste, suas leis e políticas serão diversas”.⁶ Emmanuel Terray definiu: 1) O modo de produção, como a combinação de uma base econômica e de suas superestruturas políticas e ideológicas; 2) A base econômica do modo de produção como uma relação determinada entre os diferentes fatores do processo de trabalho: força de trabalho, objeto de trabalho, meio de trabalho - relação que deveria ser considerada sob uma dupla relação: a da transformação da natureza pelo homem - e deste ponto de vista ela aparece como um sistema de forças produtivas - e o do controle dos fatores da produção - e sob este ângulo, ela se apresenta como um conjunto de relações de produção; 3) A superestrutura jurídico-política como conjunto das condições políticas e ideológicas da reprodução dessa relação.⁷ Para Pierre Vilar, um modo de produção é uma estrutura que expressa uma realidade social total, englobando elementos, em relações quantitativas e qualitativas, que se regem em uma interação contínua: 1) As regras que presidem a obtenção pelo homem de produtos da natureza, e a distribuição social desses produtos; 2) As regras que presidem as relações dos homens entre eles, por intermédio de agrupamentos espontâneos ou institucionalizados; 3) As justificações intelectuais ou míticas que dão dessas relações, com diversos graus de consciência e de sistematização, os grupos que as organizam e se aproveitam delas, impondo-as a grupos subordinados.⁸

A origem do capitalismo se refere à passagem para um sistema socioeconômico dominado pela produção de valor e pelo capital: ela foi objeto de debates e continua polêmica. O modo de produção capitalista subordinou por completo a reprodução material da sociedade às trocas mercantis. Até a Revolução Industrial a compulsão comercial não havia se manifestado em escala considerável e permanecia um aspecto subordinado da vida econômica. Para Karl Polanyi o capitalismo foi diferente do mercantilismo devido à mercantilização da terra, da mão de obra e da moeda-crédito (chamadas por Polanyi de “mercadorias fictícias”): “Falta às mercadorias fictícias um atributo essencial que um bem deve ter para ser mercadoria: o de ser produzido para ser trocado. O trabalho, a terra e o crédito, não são mercadorias. O trabalho é apenas outro nome para uma atividade humana que é parte da própria vida, a

6 *Apud* Ian Simpson Ross. *Adam Smith*. Uma biografia. Rio de Janeiro, Record, 1999.

7 Emmanuel Terray. *O Marxismo diante das Sociedades Primitivas*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

8 Pierre Vilar. *Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*. Barcelona, Crítica, 1982.

qual por sua vez não é produzida para a venda, e esta atividade não pode ser destacada do resto da vida, ser armazenada ou mobilizada; a terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem; o dinheiro real é apenas um símbolo de poder de compra que, de maneira geral, não é produzido, mas passa a existir através do mecanismo dos bancos ou da finança estatal. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do crédito como mercadorias é inteiramente fictícia”.⁹ O capitalismo, para esse autor, teria chegado à sua forma madura como resultado dos problemas que surgiram quando os sistemas de produção industrial necessitaram de investimentos de longo prazo, envolvendo riscos no âmbito do comércio internacional. Polanyi considerou o capitalismo como plenamente “implantado” só a partir de 1834, na Inglaterra, quando foram abolidos os subsídios sociais para os pobres.

Fernand Braudel, que situou a origem do capitalismo no século XII, privilegiou, na sua indagação sobre a relação entre *civilização material, economia e capitalismo*, “os usos repetidos, os procedimentos empíricos, as velhas receitas, as soluções vindas da noite dos tempos, como a moeda ou a divisão cidade-campo”. O capitalismo não seria, para esse autor, um conceito histórico “suficiente”, pois deveriam ser relacionados três planos diversos, o da “vida material”, o da “vida econômica” e, finalmente, o “jogo capitalista”: “é impossível chegar a uma boa compreensão da vida econômica se não se analisam antes as bases do edifício”.¹⁰ O capitalismo estaria sobre determinado pelo processo da “vida material” (constituída pelo intercâmbio e situado na “longa duração”) onde a imutabilidade e o atavismo seriam tão determinantes que não poderia haver “leis de movimento”. O capitalismo seria um “caso particular” dentro de uma estrutura histórica geral, não uma ruptura histórica. Braudel reconheceu a influência da teoria das “ondas longas” do economista russo Nikolai Kondratiev na formulação do conceito da “longa duração”: “Para além dos ciclos e interciclos, existe o que os economistas chamam, sem, contudo, estudá-la, a tendência secular. Mas ela só interessa a raros economistas, e suas considerações sobre as crises estruturais, não tendo passado pela prova das verificações históricas, apresentam-se como esboços ou hipóteses... Oferecem,

9 Karl Polanyi. *La Grande Trasformazione*. Turim, Giulio Einaudi, 1974 [1944].

10 Fernand Braudel. *La Dynamique du Capitalisme*. Paris, Artaud, 1985.

todavia, uma útil introdução à história de longa duração”.¹¹ Nos *Annales*, o conceito de longa duração teve sua origem em Ernest Labrousse, pioneiro da história serial quantitativa, nos seus trabalhos sobre os movimentos seculares dos preços.¹²

Braudel extrapolou para outros campos e universalizou o conteúdo do conceito de Labrousse e, com base nele, contrapôs sua visão “tridimensional” (de três planos) da história à visão “bidimensional” de Marx, baseada na sucessão histórica dos modos de produção, supostamente mais limitada, pois carente da espessura dada pela “terceira dimensão”. A relação entre os “três planos” da história foi feita a partir de observações empíricas: “O capitalismo é um fenômeno de superestrutura, um fenômeno de minoridade, um fenômeno de altitude”. O que quer que Braudel entendesse por isso, o capitalismo seria um fenômeno não determinante, tese que foi objeto de críticas: “Da quase imóvel presença do espaço e do clima até os acontecimentos políticos cotidianos, não há nexos que nos expliquem como esses elementos de um plano atuam sobre outros, para uni-los numa explicação global”. O capitalismo seria uma atividade espontânea da sociedade, eterno e atemporal, consubstancial à sua natureza (“Privilégio da minoria, o capitalismo é impensável sem a cumplicidade ativa da sociedade”), um circuito fechado que se autorreproduziria *sine die*. Nos *Annales*, a preocupação com a história econômica ficou limitada à *circulação*, sem tocar nos problemas da produção.¹³

Braudel limitou a pertinência da teoria de Marx à análise do capitalismo moderno: o que dominou a produção dos *Annales* foi “a ideia de construir um modelo de transição da Europa do Antigo regime para a civilização industrial que, compartilhando com o marxismo a prioridade das dimensões materiais da existência, polemizara com ele quanto aos fatores essenciais do processo, dando ênfase a uma chave de leitura que confrontasse (ou substituísse) a leitura marxista no debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo”.¹⁴ Nesse ângulo, a era capitalista teria tido origem no século XII, com o

11 Fernand Braudel. História e ciências sociais: a longa duração. *Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, XXXI, (62), 1965.

12 Ernest Labrousse. *Esquisse du Mouvement des Prix et des Revenus en France au XVIII^e Siècle*. Paris, Dalloz, 1933.

13 Josep Fontana. *Historia: Análisis del Pasado y Proyecto Social*. Barcelona, Crítica, 1982.

14 Fernando Devoto. *Braudel y la Renovación Histórica*. Buenos Aires, CEAL, 1991.

renascimento comercial dos centros urbanos europeus, quando, na Itália setentrional e nas cidades de Flandres e da Alemanha do Norte, grandes comerciantes, que eram frequentemente também banqueiros, atingiram um papel social e econômico determinante, influenciando a produção artesanal e manufatureira, subtraindo-a progressivamente da tutela dos grandes proprietários de terra e da nobreza, e mudando também a mentalidade geral a respeito das atividades produtivas, até então desprezadas como “vis”. A era do capital comercial integrado ao sistema feudal seria capitalista: a especificidade do capitalismo na esfera da *produção* fica diluída. Braudel focou a expansão da economia comercial e monetária medieval, acrescida da “mudança de mentalidade” econômica, o que já fora feito por representantes da sociologia alemã (Tönnies e, sobretudo, Troeltsch),¹⁵ por Werner Sombart e por Max Weber. Para Sombart, o *bourgeois*, o homem econômico moderno, aliou a condição de cidadão (*bürger*, habitante da cidade) à de empresário, a “santa economicidade”, que seria possível identificar na *masserizia* de Florença no século XV. A moral dos negócios (previsibilidade, respeito pela palavra dada) e a mentalidade calculadora, que tudo tende a quantificar, originaram, para Sombart, o “espírito de empresa”: as campanhas militares e as atividades de corso deram origem ao “espírito capitalista”, onde coexistiam o desejo de enriquecimento, a paixão pelo *dinheiro* (substituindo à cobiça mercantilista pelo ouro), o espírito inventivo, inovador, conquistador e organizador, o sentido de oportunidade, o engenho, a inspiração. O “burguês”, um novo tipo histórico, criava uma época à sua imagem e semelhança.¹⁶

Alan Macfarlane evocou Karl Marx e Max Weber, “que dataram de forma muito laxa, entre 1475 e 1700, a revolução que levou do feudalismo ao capitalismo”. Seria melhor, como veremos, falar em revoluções. Para Max Weber, o capitalismo moderno nasceu no século XVI na Europa, quando o entesouramento do dinheiro foi deslocado pelo investimento, ou seja, pelo uso do dinheiro como *capital*; o que definiu o capitalismo moderno não foi a busca de lucro em geral, mas a *acumulação de capital*. Henri Hauser, por motivos semelhantes, também situou o período de nascimento do capitalismo no século XVI;¹⁷ Karl Marx referiu-se ao século XVI como “início da era do capital”.

15 Ernst Troeltsch. *Protestantisme et Modernité*. Paris, Gallimard, 1991.

16 Werner Sombart. *El Burgués*. Contribución a la historia espiritual del hombre económico moderno. Madri, Alianza, 1993 [1913].

17 Henri Hauser. *Les Débuts du Capitalisme*. Paris, Félix Alcan, 1931.

O economista francês Jean-Baptiste Say, na primeira metade do século XIX, definia o “capitalista” (o termo “capitalismo” ainda não era usado) como aquele proprietário que “reinveste seu lucro” em vez de gastá-lo ou entesourá-lo. Para Max Weber, o *quid* do sistema capitalista era um elemento espiritual ou religioso: o moderno capitalismo fora uma consequência não desejada, um efeito da nova ética protestante, que abriu as portas dos conventos deixando sair deles uma religiosidade exaltada e ascética que contagiou à existência social. O “capitalismo racional”, baseado no cálculo, teria sido o filho involuntário desse “ascetismo mundano”, transformado em religião laica e baseado num sistema inédito de dominação social. Para Jacques Le Goff, diversamente, a Idade Média europeia teria durado até o século XVIII, pois antes dessa época o “sistema econômico” não era reconhecido como tal. Elencamos aqui só as principais datações propostas: a polêmica continua aberta.

Com o capitalismo, o trabalho humano e seus resultados foram transformados em potência prática sem precedentes em qualquer período anterior, revelando o segredo contido no alvorecer da humanidade social, com a consolidação da consciência ampliada nos hominídeos, quando a natureza, *sub specie hominis*, tomou consciência de si mesma e o homem social, dentro dela, a confrontou como seu *objeto*. O capitalismo se encontra atualmente desenvolvido até um ponto insuspeitado no passado: a complexidade e conflituabilidade atingidas pela sociedade parecem relegar a questão de suas origens a um museu; na verdade, jogam sobre ela nova luz, na medida em que ele seja categorizado como uma forma específica de produção e apropriação do excedente econômico, e de propriedade dos meios necessários para produzi-lo. Como constatou Jason W. Moore, “o debate sobre a ascensão do capitalismo voltou ao centro do palco da política mundial – desta vez de forma furtiva, em torno da questão da natureza. Argumentos sobre a crise global sob o signo do Antropoceno adotaram simultaneamente uma narrativa forte sobre as origens da crise ecológica e se esquivaram do trabalho histórico necessário para investigar essas origens”.

A relação trabalho assalariado/capital como elemento dominante não supõe uma etapa a mais, mas o estágio mais avançado da sociedade estruturada sobre a separação do homem de suas condições de produção. Essa separação foi realizada através do mercado, “da dependência multilateral dos indivíduos através do valor”, e dos indivíduos portadores de “máscaras econômicas

de caráter”, numa sociedade em que passaram a agir como personificações de categorias econômicas e portadores de relações e interesses de classe: o conceito de um sistema social estruturado em torno da sua dinâmica econômica só se tornou usual na segunda metade do século XIX. Os primeiros economistas modernos, chamados “clássicos”, puseram a questão do *valor* no centro de suas indagações. Adam Smith concluiu que o trabalho era o preço real das mercadorias. Nas sociedades mercantis, diversamente das precedentes, o valor obtido com a venda das mercadorias não remuneraria apenas o trabalho despendido em sua produção, mas também o capital investido e a terra utilizada: nessa teoria aditiva do valor, o valor das mercadorias resulta da soma de salários, lucros e renda da terra. O “preço natural”, determinado pelo trabalho ou pela soma das remunerações atuaria como polo gravitacional, estruturando os processos de troca e a distribuição social da produção e do trabalho. A emergência dominante da forma valor, no entanto, corresponde à forma da sociedade burguesa, veiculando sua forma específica de relações sociais. O valor é uma relação social presente em diferentes períodos históricos; só quando a forma valor aparece como dominante da produção da riqueza, como a forma especificamente social do produto, estamos perante o regime de produção capitalista, onde a riqueza aparece generalizadamente na forma de mercadoria. A *lei do valor* de Marx determinou o valor da mercadoria pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Um “bem” possui valor porque nele está objetivado trabalho humano; os diversos trabalhos, porém, enquanto trabalhos concretos e úteis, são incomensuráveis; originam valores de uso diversos só comensurados pela mediação dos valores de troca; nestes, os trabalhos que produzem mercadorias se encontram constantemente reduzidos a *trabalho humano em geral*. É no universo do capital que os diferentes trabalhos se configuram como partes de uma “geleia de trabalho humano”, permitindo que quantidades heterogêneas de trabalhos concretos sejam confrontadas entre si como quantidades homogêneas.

Na história do trabalho social, a vitória do capital marcou sua terceira grande ruptura: 1) As manifestações iniciais do homem na preparação e melhoramento de ferramentas seminaturais que permitiram um princípio de sobrevivência diferenciado como espécie biológica, sem que ainda surgisse uma divisão social do trabalho além daquela ditada pela diferença dos sexos; 2) A “revolução neolítica”, iniciada provavelmente no sétimo milênio a.C (estendida

ao longo de milênios, com ritmos muito desiguais, por todas as regiões povoadas do planeta), com a sociedade humana afincada em um terreno que se organiza na produção e nos ciclos próprios da agricultura e da criação de animais; a superação do nomadismo, possibilitado pelo domínio do cultivo da terra; c) O nascimento da indústria, com o deslocamento do centro da produção do campo para a cidade e a produção generalizada de mercadorias. O capital é uma *relação social*, caracterizada pela propriedade privada dos meios de produção assim que ela é produzida e ampliada pela compra e venda da força de trabalho. Esta se configura como mercadoria através do processo que “separou a massa de indivíduos de suas relações afirmativas com as condições objetivas de trabalho, negando tais relações, e transformando tais indivíduos em trabalhadores livres... o mesmo processo que liberou essas condições objetivas de trabalho de suas ligações prévias com os indivíduos agora delas separados... O mesmo processo que contrapõe a massa de trabalhadores livres às condições objetivas de trabalho também contrapôs os mesmos a tais condições como capital”.¹⁸

No início da exposição de Marx em *O Capital*, os agentes da troca aparecem nas figuras abstratas de comprador e vendedor de coisas alienáveis; ainda não aparece o trabalhador como vendedor de uma mercadoria que não se diferencia nem separa do vendedor; as classes e sua diferença essencial no processo de produção e troca são abstraídas. Só depois se desmorona o mundo abstrato de liberdade, igualdade, reciprocidade e equivalência na troca, do qual a ideologia capitalista se alimenta, para surgir o trabalhador que se vende a si próprio como mercadoria, criando com seu mais trabalho a mais-valia de que o capital se alimenta. *O capital é sempre, em última instância, trabalho acumulado*: no capitalismo, o trabalho privado se transforma em social não de modo direto, mas através da troca mercantil; a riqueza aparece como “uma imensa acumulação de mercadorias”; sua produção é determinada pela relação social entre proprietários do capital e trabalhadores privados de meios de produção. No quadro dessa relação histórica, o capital é “o sujeito abrangente de um processo em que, por trás de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza” – no seu movimento “mercadorias e dinheiro não são mais do que meras formas” desse

18 Karl Marx. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991 [1857-1858].